



ATA CSDP Nº 01, DE 12 DE JANEIRO DE 2011. ATA DA 01ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EXERCÍCIO 2011.

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, às 15 horas, na sala do Conselho Superior da Defensoria Pública, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Defensora Pública-Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet, Subdefensora Pública Geral, Ana Cláudia Silva Alexandre, Corregedor-Geral, Eduardo Vieira Carneiro, Galeno Gomes Siqueira, Rodrigo Zamprogno, Marcelo Ribeiro Nicolliello e Ricardo Sales Cordeiro. As ausências dos Conselheiros Evaldo e Gilmara foram devidamente justificadas. A sessão contou com a presença do Conselheiro Felipe, Presidente da Adep. Assim, instalou-se esta sessão ordinária com o quorum de 07 (sete) membros.-----

Verificado o quorum e instalada a sessão, foi lida e aprovada a ata da 10ª sessão ordinária do dia 09/12/2010. -----

Após, passou-se ao item único da pauta, qual seja, a distribuição de procedimentos que aportaram no CSDP.-----

Antes, porém, a Conselheira e Presidenta do CSDP, Dra. Andréa, discorreu sobre a lei delegada nº 179/11, entendendo que a exclusão da Defensoria Pública de seu texto constituiu verdadeiro avanço rumo à solidificação da nossa autonomia e que tal fato só foi possível graças ao trabalho desenvolvido pela administração superior. -----

À unanimidade, em razão de sua ausência justificada para as sessões de hoje e do dia 19.01.11, a Conselheira Gilmara foi excluída do sorteio do procedimento nº 011/07. -----

Ficou também definido que as matérias disciplinares terão prioridade na pauta de julgamento da 2ª sessão ordinária de fevereiro de 2011, a realizar-se no dia 11.02.11. -----

O Conselheiro Galeno pediu a palavra para externar o seu posicionamento, no sentido de que a competência para exonerar, demitir e cassar aposentadoria, com a entrada em vigor da lei complementar nº 132/2009, que promoveu profundas alterações na lei complementar nº 80/94, é da Defensora Pública Geral e não do Governador do Estado, sendo este mais um reflexo da consolidação de nossa autonomia. -----

O Conselheiro Marcelo conclamou pela definição de prioridades para o ano em curso, fazendo menção ao PGA, profundo trabalho realizado com a participação da sociedade civil, inclusive. Pediu pela inclusão em pauta do procedimento que trata da licença remunerada para Defensor Público realizar cursos de aperfeiçoamento e fez menção à revisão da nossa lei orgânica estadual. -----

O Conselheiro Galeno informou sobre o andamento do rateio dos honorários de sucumbência, indagou sobre o andamento do VI concurso de ingresso e o Conselheiro Rodrigo fez indagações sobre as promoções, tendo a Presidenta prestado todas as informações pertinentes, saudando, inclusive, futuros colegas



presentes na sessão. Todos também se manifestaram sobre o procedimento que trata da relação DP X OAB, inclusive o Conselheiro Felipe, Presidente da Adep.-- A seguir, o procedimento nº 011/07, em grau de recurso, em que figura como processado o Defensor Público GAM, foi distribuído à Conselheira Ana Cláudia. À unanimidade, foi designado o dia 19.01.11, às 14:00 h., 1ª sessão ordinária de 2011, para o seu julgamento. Foi determinada, também, a intimação do interessado e de seu defensor para a sessão de julgamento, bem como a convocação de todos os Conselheiros. -----

O procedimento nº 53/09, em que figura como processado EJP, foi distribuído ao Conselheiro Rodrigo.-----

Os procedimentos PAD nº 37/09 e PAD nº 38/09 e AVP nº 355/09, JRHD, foram distribuídos ao Conselheiro Marcelo. -----

O PAD nº 22/07, L. A., foi distribuído ao Conselheiro Galeno-----

O procedimento nº 013/2008, pedido de enquadramento nos termos do art. 22 do ADCT, tendo como requerendo Geralda de Lourdes Miranda, foi distribuído ao Conselheiro Evaldo.-----

O procedimento nº 016/2008, padronização dos procedimentos criminais, tendo como requerente Larissa de O. Dias, foi distribuído à Conselheira Gilmara. -----

O procedimento nº 020/2008, pedido de enquadramento nos termos do art. 22 do ADCT, cuja requerente é Maíza Rodrigues da Silva, foi distribuído ao Conselheiro Evaldo.-----

O procedimento nº 025/2008, padronização dos procedimentos cíveis, cujo requerente é Flávio Nelson Dabés Leão, foi distribuído ao Conselheiro Ricardo. --

O procedimento nº 081/2009, obrigatoriedade de visita a estabelecimentos prisionais, cujo requerente é Belmar Azze Ramos, foi distribuído ao Conselheiro Rodrigo.-----

O procedimento nº 029/2009, normatização do uso de veículos oficiais da DPMG ou postos à disposição da Instituição, cujo requerente é Marcelo Tadeu, foi distribuído à Conselheira Gilmara.-----

O procedimento nº 037/2009, portaria conjunta 001/2008/DPG/CGDP, tendo como requerente Neusa Guilhermina, foi distribuído à Conselheira Ana Cláudia.---

O procedimento nº 005/2010, CNCG-PDE/DF, Código de Ética, proposta da Corregedoria-Geral, foi distribuído ao Conselheiro Eduardo Carneiro.-----

O procedimento nº 007/2010, possibilidade de usufruto de férias regulamentares após retorno de licença sem vencimento dentro do mesmo ano de competência, oriundo do DRH, foi distribuído ao Conselheiro Marcelo Nicoliello.-----

O procedimento nº 010/2010, normatização do direito de férias dos membros e servidores da administração, proposta da Corregedoria-Geral, foi distribuído ao Conselheiro Ricardo Sales.-----

O procedimento nº 013/2010, normatização de ajustamento funcional, foi avocado pela Conselheira Ana Cláudia, pois se trata de proposta de sua autoria. -

O procedimento nº 018/2010, reativação do núcleo de iniciais cíveis, da lavra de Giovanni Rodrigues Mendes, foi encaminhado à Conselheira Ana Cláudia, por dependência, para ser apensado ao procedimento nº 048/09, que trata da divisão



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

abstrata de cargos e alteração de competência de núcleos. Da mesma forma, proceder-se-á quanto aos demais procedimentos, proposta do Conselheiro Galeno, acatada por todos. -----

O procedimento nº 031/2010, sugestão para normatização das eleições do CSDP e Lista Tríplice, proposta da Comissão Eleitoral, foi distribuído ao Conselheiro Evaldo. -----

O procedimento nº 034/2010 – PAD – 20/2007, da Corregedoria-Geral, foi distribuído ao Conselheiro Galeno. -----

O procedimento nº 037/2010, em que se pleiteia a revisão da distribuição abstrata dos cargos da Defensoria de Urgências da Comarca de Juiz de Fora, tendo como requerente Luciana Ferreira Gagliardi, foi apensado ao procedimento nº 048/09, da relatoria da Conselheira Ana Cláudia, com a justificativa acima já apresentada.-----

O procedimento nº 038/2010, enquadramento/reposicionamento como Gestor da Defensoria Pública, tendo como requerente Glaydes Araújo Costa e Garcia, foi distribuído ao Conselheiro Eduardo Carneiro. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16 horas e 10 minutos, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores Conselheiros.
Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2011.-----

Andréa Abritta Garzon Tonet

Ana Cláudia da Silva Alexandre

Eduardo Vieira Carneiro

Galeno Gomes Siqueira

Rodrigo Zamprogno

Marcelo Ribeiro Nicolliello

Ricardo Sales Cordeiro

Felipe Augusto Cardoso Soledade